

# OITO GENERAIS E UM ALMIRANTE INDICIADOS PELA CPMI DE 8/1

Rudson Pinheiro Soares<sup>1</sup>

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-comandante do Planalto, durante depoimento à CPMI: ele não foi indiciado

*Relatório final da CPMI que investigou os episódios de 8 de janeiro indicia nove oficiais-generais por participação na tentativa de golpe de estado, numa prova de que uma parcela da cúpula das Forças Armadas conspirou contra posse do presidente Lula. O documento foi encaminhado à Polícia Federal, à PGR e ao STF para os procedimentos cabíveis*

Entre os 61 indiciados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de Janeiro, vinte e dois são militares das Forças Armadas e oito integram a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), totalizando 30 militares da ativa e da reserva — quase metade, portanto, dos denunciados no relatório final da CPMI por associação criminosa, violência política, abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de estado.

De autoria da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), o relatório foi votado em 18 de outubro, depois de cinco meses de trabalho, sendo aprovado por 20 votos a 11. Os parlamentares que participaram das investigações, tendo à frente o deputado Arthur Maia (União-BR), presidente da Comissão, entregaram o material à Procuradoria Geral da República (PGR), à Polícia Federal (PF) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), para os procedimentos cabíveis.

O documento de mais de 1.300 páginas relaciona, entre os golpistas, nove oficiais de altas patentes do Exército e da Marinha: oito generais, cinco dos quais de quatro estrelas, e um almirante de esquadra. Além deles, dez oficiais superiores foram indiciados: seis coronéis, dois tenentes-coronéis, dois majores. Há também um capitão reformado, apontado como “mentor moral e intelectual da tentativa de golpe”: o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Quatro dos oficiais-generais citados foram ministros, um foi comandante-geral do Exército e outro, comandante-geral da Marinha. Três passaram pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI). “Havia no entorno do Bolsonaro pessoas ligadas às Forças Armadas que tinham a mesma visão golpista que ele. Foi por isso que o presidente se cercou destes generais”, avalia o deputado federal Rogério Correia (PT-MG), também integrante da CPMI, falando à *Revista Adusp*.

São eles os generais de quatro-estrelas Walter Souza Braga Neto, ex-interventor federal no Rio de Janeiro (no governo Temer), ex-ministro-chefe da Casa Civil e ex-ministro da Defesa, além de candidato a vice-presidente de Bolsonaro em 2022; Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-comandante das tropas da ONU no Haiti, ex-comandante militar da Amazônia (no segundo governo Lula) e ex-ministro-chefe do GSI; Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, ex-ministro-chefe da Casa Civil; Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-comandante do Exército e ex-ministro da Defesa; Marco Antonio Freire Gomes, ex-comandante do Exército; e o almirante-de-esquadra Almir Garnier San-

tos, ex-comandante da Marinha.

Outros personagens na lista da CPMI são o general de três estrelas (divisão) Carlos José Russo Assumpção Penteadado, ex-secretário-executivo do GSI, e os generais de duas estrelas (brigada) Carlos Feitosa Rodrigues, ex-chefe da Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial do GSI, e Ridauto Lúcio Fernandes, ex-diretor de logística do Ministério da Saúde.

O tenente-coronel Mauro Cid, do Exército, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro que esteve preso por quatro meses, em meio a investigações da Polícia Federal, assinou acordo de delação premiada que permitiu saber-se de reunião realizada pelo então presidente Jair Bolsonaro em 14 de novembro de 2022 com os comandantes das Forças Armadas à época, com a finalidade de sondá-los sobre se aceitariam executar um eventual golpe de estado de modo a garantir sua permanência na Presidência. Segundo Cid, o almirante Garnier foi o único dos comandantes a aceitar a proposta de Bolsonaro. O general Freire Gomes, ao contrário, teria dito ao então presidente que lhe daria ordem de prisão, caso viesse a dar o golpe. A CPMI, porém, constatou que Freire Gomes impediu a remoção do acampamento bolsonarista montado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, em fins de 2022.

Após a posse de Lula, Garnier, quebrando protocolo secular, não compareceu à solenidade de transmissão do comando da Marinha a seu sucessor, almirante Marcos Olsen. Garnier também se notabilizou por improbidade quando esteve à frente do cargo, tendo viajado pela Europa, com a esposa, a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira.

Cid mencionou os generais da reserva Augusto Heleno e Braga Netto como personagens que alimentavam o espírito golpista de Bolsonaro. “A maioria do Alto Comando do Exército recusou aderir a uma aventura golpista, mas é preocupante constatar que parte considerável da oficialidade pendeu para essa solução”, declarou à *Revista Adusp* o professor João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Os generais Freire Gomes, Ridauto Fernandes e Eduardo Ramos são egressos das “forças especiais” (FE), ou seja: no decorrer da carreira, serviram em alguma das unidades subordinadas ao Comando de Operações Especiais do Exército. Também conhecidos como *kids pretos*, em alusão ao gorro desta cor usado por eles, os FE eram admirados por Bolsonaro, razão pela qual vinte e seis deles, entre

os quais Mauro Cid, foram “convocados” pelo presidente para exercerem cargos no seu governo.

Segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (UFRJ), morto em agosto, aos 84 anos, as FE de alguma maneira descendem dos DOI-Codi — aparatos montados pelo Exército para perseguir, torturar e assassinar inimigos políticos durante a Ditadura Militar (1964-1985). E a capacidade de dissimular ações e combater o que se compreende por subversivo continuaria vigente no imaginário dos *kids pretos*. “As FE se tornaram um reduto ideológico da extrema-direita. São compostas por dois batalhões sediados em Goiânia e uma companhia em Manaus, além de um centro de treinamento no Rio de Janeiro”, lembra Martins Filho.

### “A quase totalidade dos militares apontados como possíveis conspiradores, executores e defensores das teses golpistas eram Forças Especiais ou agentes incitados por eles”, diz o relatório final da CPMI. Alguns *kids pretos* tiveram participação expressiva no planejamento e execução dos atos de 8/1

As FE são unidades bem treinadas, com alta capacidade cognitiva, habilidades de infiltração e capacidade de elaboração de ações de inteligência. Tais características lhes conferem um papel natural de liderança, destacadamente em momentos de insurgência. “Os *kids pretos* são treinados para criar o caos, como no caso da bomba no aeroporto de Brasília ou das torres de energia derrubadas, ou ainda os atos de 8 de janeiro. Foram caracterizadamente ações com comando, com liderança. Os *kids pretos* estão aí para isso”, comenta a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), integrante da CPMI.

Além disso, as FE têm autonomia financeira e operacional. “A autonomia se revelaria sobremaneira útil se direcionada a camuflar missões tidas como

‘cobertas’ ou ‘sigilosas’, especialmente se o objetivo for contrariar o regime constitucional vigente [...]. A quase totalidade dos militares apontados pelas investigações como possíveis conspiradores, executores e defensores das teses golpistas eram Forças Especiais ou agentes incitados/instigados por eles”, diz o relatório final da CPMI.

Alguns *kids pretos* tiveram participação expressiva no planejamento e na execução dos atos de 8 de janeiro. O general da reserva Ridauto, especialista em operações especiais, estava entre os golpistas naquela tarde e chegou a publicar um vídeo no qual afirmava estar “arrepido” com a intentona. Relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), de dias após a tentativa de golpe, descreveram a presença de indivíduos uniformizados e com um mínimo de preparo militar, possivelmente recrutados e treinados por *kids pretos*.

“Relatório encaminhado a esta CPMI pela Polícia Legislativa do Senado Federal revela que, de fato, há indícios de que a invasão ocorrera com o auxílio de manifestantes que detinham treinamento especializado militar, ante as técnicas desenvolvidas e o uso de granada lacrimogênia GL-310, conhecida como ‘bailarina’ por saltitar no chão enquanto dispara o gás lacrimogêneo, evitando que o alvo a capture e lance o artefato de volta”, diz o relatório final da CPMI. “Referida tecnologia não faz parte do acervo da Polícia Legislativa do Senado Federal, tampouco da Câmara, mas o Exército utiliza a GL-310 em larga escala para treinamentos militares, inclusive nos cursos dos *kids pretos*”.

Sinais de que se buscava promover uma “guerra irregular”, expressão usada para ações paramilitares de desestabilização política. “O ‘movimento irregular’ é você recrutar pessoas que não são militares ou que têm o mínimo de experiência”, explicou Ridauto em entrevista a um *podcast* no dia 27 de setembro de 2022. “Os *kids pretos* estiveram no dia 8 de janeiro, foram responsáveis pelo quebra-quebra e por toda aquela organização”, aponta Rogério Correia.

Os FE não estavam só entre os que tentaram, e conseguiram, invadir e depredar as sedes do Congresso Nacional, do STF e do Governo Federal durante a jornada golpista. No Planalto, em postos-chave do GSI, havia nove *kids pretos* ou aliados, de variadas patentes, incluindo os generais Penteado e Feitosa. Todos nomeados por Augusto Heleno no governo Bolsonaro.

No comando do GSI havia apenas oito dias, o novo ministro-chefe empossado pelo presidente Lula, general Marco Edson Gonçalves Dias, o “GDias” (ironicamente um egresso das FE), ainda não havia nomeado sua equipe de confiança. “O erro do GDias foi não ter mudado a equipe. Foi a equipe do general Heleno que permaneceu naqueles primeiros dias e que deixou de agir para impedir a invasão do Palácio do Planalto. O general Penteado, o general Feitosa, atuaram para que o GDias não comandasse e tentaram até impedir que ele fosse até lá”, assevera Jandira.

Entre as atribuições do GSI está a de proteger o Palácio do Planalto. No bojo desta incumbência, há o “Plano Escudo”, a ser posto em prática em situações nas quais a sede do governo brasileiro fique vulnerável a ataques. O Plano Escudo envolve também a PMDF em linhas mais externas e o Batalhão da Guarda Presidencial, do Exército, nas imediações do prédio. Ao todo, são quatro níveis de contenção.

Acionado em 5 de janeiro, o Plano Escudo se manteve ativo até o dia 8. No dia 6, antevéspera dos atos golpistas, em nome do general Penteado, então secretário-executivo do GSI, fora enviada mensagem ao Comando Militar do Planalto (CMP) para que fossem dispensadas tropas de reforço, apesar das ostensivas mobilizações que ocorriam, segundo a ABIN alertou, para a suposta “Tomada do Poder pelo Povo”.

No dia 8, o general GDias recebeu ligação de Saulo Cunha, da ABIN, que lhe relatou a intensificação das manifestações. Logo em seguida, o então ministro-chefe do GSI contatou seu subordinado, general Penteado, que lhe asseverou ser a atividade “pacífica”. Mesmo assim, GDias foi pessoalmente ao Palácio do Planalto, e quando lá chegou questionou seu secretário-executivo sobre a ausência de barreiras da PMDF, conforme prevê o Plano Escudo. Estavam no recinto também o general Feitosa e dois coronéis.

Percebendo a gravidade da situação, o ministro requisitou imediatamente reforços ao CMP, mas já não havia como evitar a invasão, até pela inexistência de barreiras de contenção mantidas por policiais militares. Em abril, GDias pediria demissão do cargo, depois que foi divulgado vídeo gravado em 8 de janeiro em que ele aparecia no Palácio do Planalto, em situações nas quais parecia aceitar a movimentação dos invasores, o que ele negou expressamente, ao prestar depoimento à CPMI, em agosto.

## **Embora o trabalho da CPMI tenha desmistificado a ideia de que os congressistas iriam poupar os militares envolvidos no golpe, enviados do ministro da Defesa, José Múcio, pediram a parlamentares governistas que evitassem a convocação de militares da ativa, deixando esta apuração a cargo da PF**

“O indiciamento dos nove generais expõe mais uma vez o alto custo do apoio irrestrito a Bolsonaro por parte das Forças Armadas. Tanto à direita como à esquerda, há um grande impacto na imagem da instituição, já registrado em pesquisas de opinião. A direita culpa as Forças Armadas por não terem impedido a posse de Lula; a esquerda, pela intromissão na política”, considera Martins Filho.

“O GSI sob o comando do general Augusto Heleno teve suas missões legais completamente distorcidas no governo Bolsonaro, tornando-se uma correia de transmissão da vontade pessoal do presidente. A presidente Dilma tinha extinguido o GSI, por não cumprir sua missão de proteger a Presidência, no caso do grampo a seus telefones por parte dos EUA”, relembra o professor da UFSCar. “Com a queda de Dilma, o GSI foi recriado e entregue ao general Etchegoyen, que se tornou a eminência parda do novo governo, mas também não conseguiu evitar que Temer tivesse suas conversas grampeadas”.

O governo atual deveria ter extinto o GSI em razão dessas evidências, aponta, mas preferiu não fazê-lo, de modo que o problema da politização particular desse órgão permanece. “Quanto à [politização] das Forças Armadas em geral, tudo continua como dantes. Talvez um ou outro general seja punido, mas o problema institucional que levou à intromissão dos militares na política a partir do *impeachment* continua”, conclui Martins Filho.

Para entender a participação dos militares nos atos de 8 de janeiro é preciso recuar no tempo, já que uma ação de tal envergadura não se arquiteta da noite para o dia. Houve diversos “momentos” preparatórios, como os acam-

pamentos de golpistas. “O 8 de janeiro não foi um evento, foi o resultado de um processo de acumulação de forças na busca do caos, na medida em que não houve unidade das Forças Armadas para um golpe clássico”, reflete Jandira.

No final do governo Bolsonaro, o então ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, participou de diversas reuniões e circunstâncias. O general Ramos, então titular da Casa Civil, advertiu que os civis não deveriam “esticar a corda”. O almirante Garnier, que em novembro diria a Bolsonaro estar disposto a colocar “tanques nas ruas” em seu favor, literalmente já o fizera meses antes, quando, em nítida provocação, enviou blindados do Rio de Janeiro ao Palácio do Planalto, a fim de entregar ao presidente da República convite para assistir a um exercício militar da Marinha. O bizarro “desfile” pelas avenidas de Brasília aconteceu em 10 de agosto, dia em que a Câmara dos Deputados votaria, e derrubaria, a proposta de voto impresso.

Em 1º de agosto, por sinal, o general Paulo Sérgio Nogueira, então ministro da Defesa, havia enviado ofício ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) exigindo acesso ao código-fonte das urnas eletrônicas, como se já não tivesse sido permitido. A ideia era reforçar a narrativa da “inauditabilidade” das urnas. Os códigos-fonte foram inspecionados por técnicos da Defesa, cujo relatório só ficou pronto, no entanto, após o segundo turno das eleições.

“Estou entre os muitos que não reconhecem o resultado eleitoral”, chegou a afirmar Heleno quando ainda à frente do GSI. “É obvio que uma declaração dessa inflama atitudes golpistas”, ponderou o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), durante uma sessão da CPMI que interrogava o general. “Há muitos indícios de crimes no interior dos acampamentos. Mas, independentemente do que acontecia lá dentro, a pauta pública deles era ilegal e inconstitucional. Defendiam uma intervenção militar e tentavam deslegitimar o processo eleitoral. E um general e ex-ministro do GSI disse publicamente que os considerava ordeiros e pacíficos”, recordou o parlamentar do PSOL.

Braga Netto, por sua vez, foi apontado como articulador do golpe entre os colegas de farda, além de elo entre Bolsonaro e os acampamentos, sendo grande incentivador da permanência destes. Em discurso proferido em 19 de novem-

bro, exortou-os a “não perderem a fé”. Quanto ao general Freire Gomes, ordens suas impediram ações de desmobilização dos acampados em frente ao Quartel-General do Exército, localizado no Setor Militar Urbano (SMU). Morador da quadra residencial do SMU, o comandante-geral do Exército nunca permitiu que seus “vizinhos” fossem incomodados.

O trabalho desenvolvido pela CPMI não convalidou a ideia de que os congressistas poupariam os militares que participaram da tentativa de golpe. Porém, parlamentares da base do governo admitiram que enviados do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, lhes pediram que evitassem a convocação de militares da ativa, deixando esta apuração a cargo da PF. “Lula escolheu a contemporização com as Forças Armadas. Seu ministro da Defesa age como representante das forças junto à Presidência, negando seu papel constitucional de canal do comando civil sobre as Forças Armadas”, pontua Martins Filho.

Apesar do ineditismo que representa o indiciamento de nove oficiais-generais e seu possível julgamento por crimes graves relacionados ao fracassado *putsch* de 8 de janeiro, não se pode omitir que pelo menos dois militares de alta patente escaparam de ser citados pela CPMI: o general Júlio César Arruda, primeiro comandante do Exército nomeado por Lula, e o general de divisão Gustavo Henrique Dutra de Menezes, comandante militar do Planalto até 23 de março de 2023. Por sinal, ambos *kids pretos*. Foram eles os principais responsáveis pela decisão de proteger com blindados e homens armados, na fatídica noite de 8 de janeiro, o acampamento montado diante do QG do Exército, para que a PMDF não os retirasse de lá. Menezes continua na ativa e acaba de ser premiado pelo governo com a nomeação como vice-chefe do Estado Maior do Exército.

Até agora o STF tem se notabilizado pelo rigor no julgamento dos “peixes pequenos” do 8 de janeiro. Porém, o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, já decidiu que os militares golpistas também serão julgados pelo Supremo. “Depois de a gente ter vivido uma anistia de torturadores [a serviço da Ditadura Militar], não podemos permitir que golpistas fiquem impunes novamente. Temos que responsabilizá-los para que novos golpes não aconteçam”, sustenta Jandira Feghali.

---

## Nota

<sup>1</sup> **Jornalista. Especial para a Revista Adusp.**